

O mercador de lotes

Ana Lúcia Moura
e Dante Accioly
Da equipe do **Correio**

Ampliação de um loteamento irregular amparado por um delegado de polícia não é a única revelação do *grampo* feito no telefone de Manoel Barreto. A escuta mostra o tipo de relação que o advogado mantém com seus clientes, com colegas de profissão e até com adversários. Confirma ainda o que a Comissão Parlamentar de Inquérito, feita pela Câmara Legislativa em 1995, já havia revelado: lote é moeda valiosa no Distrito Federal.

Contratado pela então síndica do condomínio Privé I, Leila Forte Burached, para retirar posseiros que ocupavam terras pretendidas pelo loteamento, Barreto adota táticas bem peculiares. "Advocacia tem que ter esperteza, entendeu?" — como afirma em conversa captada pela escuta. Procurado ontem pelo **Correio** em casa e no celular, o advogado não retornou as ligações.

Uma das tarefas de Barreto era conseguir provar que a área ocupada pelo posseiro Clóvis Nogueira pertence ao condomínio Privé I. Como estratégia, ele oferece lotes e propõe um acordo de caráter duvidoso ao advogado de Clóvis, Marco Antônio de Andrade:

Barreto — Então, seria bom você botar naquela cabeça do Clóvis ou do... daquele testa de ferro ou do cabeça lá que é ele.

Marco — Há?

Barreto — Para a gente lotear aquilo. (...) A gente loteia aquilo e fazemos uma fusão com o condomínio. Cada um leva um bocado. Cê leva aí uns três, quatro terrenos e eu também.

Marco — Hum.

Barreto — E vamos ganhar dinheiro que é a melhor coisa do mundo! (...)

Marco — Hurum.

Barreto — Vamos lotear aquela porra todinha. Tu pega (*sic*)

logo uns três lotes, eu pego uns três. Dá um pouco de dinheiro para o Clóvis. Entendeu? Cada um leva um bocado de grana.

Marco Antônio de Andrade preferiu não comentar a proposta por telefone. Dias depois, Manoel Barreto conversa com um dos representantes do Privé I, Ubirajara Mainer, e critica o advogado de Clóvis Alves:

Barreto — O Marco é muito fraco, tá? Profissionalmente é muito fraco, mentiroso, loretiro...

Ubirajara — Certo. (...)

Barreto — Marco é um safado. Ele não tem nada, não. Deixa que eu sei como é que eu vou neutralizar ele lá.

Ubirajara — Tá certo.

Manoel Barreto também pressiona a cliente Leila Burached em busca de lotes:

Barreto — Quantos lotes você vai poder arrumar para nós, minha jovem?

Leila — Rapaz, isso aí nós vamos ter que ver, né? (...)

Barreto — Leila, querida. Você falou que ia arrumar um lote lá embaxo, não foi? (...) Quantos lotes vai ficar para nós lá embaxo? Eu e o Evaristo?

Leila — Lá em... Lá embaixo não tem nenhum. (...)

Barreto — Fica difícil.

O advogado ainda tenta convencer a cliente a afastar o advogado Sérgio Pery, que representa o Privé I em outras ações judiciais. Barreto alega ter mais "penetração" que o colega.

Barreto — Eu acho que o Pery, se ele quiser que a gente assuma o comando... Você viu como é que eu trabalho, né? Eu tenho realmente muita penetração.

Leila — É.

Barreto — E eu vou conseguir derrubar isso aí tudinho. Eu vou ganhar todas as liminares. Tu vai ver! Vou conseguir tudinho com os juízes. (...) Ele (*Pery*) poderia, por exemplo, que ele já tá assim meio cansado, passar para a gente um pouco de lote porque eu vou tomar conta do processo lá no STJ.

ONDE FICA



Carlos Moura 5.12.00



LEILA BURACHED E MARCO LIMA: ELA É ACUSADA DE PROMOVER A EXPANSÃO DO PRIVÉ; ELE FOI DENUNCIADO POR CONIVÊNCIA COM OCUPAÇÕES ILEGAIS

Investigação tem dois anos

A expansão do condomínio Privé I é investigada pelo Ministério Público desde 16 de junho de 2000. Em dezembro daquele ano, a Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) expediu recomendações à Delegacia Especial de Meio Ambiente (Dema), Serviço de Vigilância Integrada do Solo (Sivsolo) e à Administração do Lago Norte para que ficassem atentas ao alastramento irregular de lotes na região.

Policiais da Dema estiveram várias vezes no Privé I na semana em que os telefones de Manoel Barreto foram monitorados. Em 9 de janeiro de 2001 (último dia de *grampo*), eles prenderam quatro pedreiros que construíram casas na área da expansão. As conversas entre Barreto e o delegado Francisco Crizanto indicam que o advogado

estava preocupado com as investigações dos agentes da Dema:

Barreto — Você pode dar um pulinho aí no escritório, agora de tarde?

Crizanto — Que que tu queria?

Barreto — Não, é que eu... nós vamos ter uma reunião lá daquele assunto. (...) Eu acho que vai ser segurança.

Crizanto — Eu sei. Mas não é melhor botar um cabra, não? Um agente.

Barreto — Não, não põe agente, não. Tem que ser o delegado.

Crizanto — É?

Barreto — (...) Tá lá com... investigando, né? Ouvindo as partes e tal.

Um mês após ver a cerca de seu terreno ser demolida pelo delegado, o chacareiro Clóvis Alves Nogueira teve a casa derru-

bada — desta vez por determinação do então administrador do Lago Norte, Marco Lima. Em depoimento prestado ao Ministério Público, Clóvis afirma que menos de 24 horas depois da demolição, o condomínio cercou o terreno e demarcou os lotes. Manoel Barreto assistiu à operação e limitou-se a informar ao chacareiro que a liminar sobre a posse da área havia sido cassada.

A Prourb entrou com um pedido de liminar no Tribunal de Justiça para conseguir o afastamento de Marco Lima por 180 dias. Ele foi acusado de conivência com a expansão irregular dos condomínios Privé I e II. A liminar não foi concedida. "Não houve favorecimento do condomínio", disse, na época, por meio de assessoria.

O pedido faz parte de uma ação

de improbidade administrativa movida pela Prourb e pela Promotoria do Patrimônio Público (Prodep) contra Marco Lima. Ele foi acusado de descumprir recomendação da Prourb que alertava sobre a expansão irregular do condomínio. É que o ex-administrador determinou a derrubada da casa do chacareiro Clóvis Alves Nogueira, mas não impediu a proliferação irregular do Privé I.

Na ação contra Marco Lima, são apontados seis responsáveis pela criação e venda de lotes da expansão do condomínio Privé I — conhecida como quadra 3. Wagner Pinto da Rocha, Leila Burached, Ubirajara Mainer, Pedro Condé, Walter Rodrigues Lima e Sérgio Pery são acusados de se aproveitar da provável regularização do condomínio para criar a nova quadra.